

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes bases, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
CAPÍTULO 2	11
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
CAPÍTULO 3	21
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
CAPÍTULO 4	32
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
CAPÍTULO 5	45
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
CAPÍTULO 6	53
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
CAPÍTULO 7	65
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
CAPÍTULO 8	84
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

CAPÍTULO 9	97
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2361903129	
CAPÍTULO 10	107
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
DOI 10.22533/at.ed.23619031210	
CAPÍTULO 11	118
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031211	
CAPÍTULO 12	133
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
DOI 10.22533/at.ed.23619031212	
CAPÍTULO 13	141
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031213	
CAPÍTULO 14	148
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
DOI 10.22533/at.ed.23619031214	
CAPÍTULO 15	157
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.23619031215	
CAPÍTULO 16	174
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031216	

CAPÍTULO 17	183
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
Romero de Albuquerque Maranhão	
Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031217	
CAPÍTULO 18	192
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.23619031218	
CAPÍTULO 19	200
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
Marcelo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.23619031219	
CAPÍTULO 20	211
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.23619031220	
CAPÍTULO 21	227
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031221	
CAPÍTULO 22	237
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
Jéfferson Luiz da Silva Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.23619031222	
CAPÍTULO 23	248
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
Denis Wan-Dick Corbi	
DOI 10.22533/at.ed.23619031223	
CAPÍTULO 24	260
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
Lívian Mota Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.23619031224	

CAPÍTULO 25	271
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
Marlene Ricardi de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.23619031225	
CAPÍTULO 26	279
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
Nila Michele Bastos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.23619031226	
CAPÍTULO 27	293
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
Valter Luiz de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.23619031227	
CAPÍTULO 28	305
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISILOGIA MODERNA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031228	
CAPÍTULO 29	317
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
Paula Afonso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031229	
CAPÍTULO 30	330
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
Valeria Portugal	
DOI 10.22533/at.ed.23619031230	
CAPÍTULO 31	336
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
Nicole Naomi Handa Nomura	
DOI 10.22533/at.ed.23619031231	
CAPÍTULO 32	341
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
Mônica Chiffolleau	
Juliana Dias	
DOI 10.22533/at.ed.23619031232	
CAPÍTULO 33	348
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
Nelson de Jesus Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031233	

CAPÍTULO 34	356
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva Sabrina Sales Araújo Patrícia Helena Mirandola Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.23619031234	
CAPÍTULO 35	368
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
Vera Maria Ferreira Rodrigues Regina Maria Macedo Costa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.23619031235	
CAPÍTULO 36	374
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
Valessa Leal Lessa de Sá Pinto Angelo Santos Siqueira Abel Rodolfo Garcia Lozano Sérgio Ricardo Pereira de Mattos Jhoab Pessoa de Negreiros Tereza Luzia de Mello Canalli Geovane André Teles de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031236	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	385
ÍNDICE REMISSIVO	386

UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA

Valter Luiz de Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia, Departamento de
Geografia Humana
Rio de Janeiro/RJ

RESUMO: O desenho urbano, quando analisado em sua gênese, reflete os processos de acumulação e de parcelamento dos patrimônios territoriais verificados ao longo do tempo histórico. Neste sentido, grandes ordens religiosas e irmandades, através de seus patrimônios imobiliário e fundiário, desempenharam importante papel no processo de conformação do espaço interno dos assentamentos urbanos implantados no Brasil colonial. Em outras palavras, consideramos que a paisagem urbana naquele período estava vinculada à presença dos religiosos, uma vez que cada ordem ou irmandade dominava parcelas do espaço por conta de sua presença, seus serviços ofertados e pelo maior ou menor acúmulo de propriedades imobiliárias. Este texto observa a marcante estratificação social que caracteriza nossa sociedade desde sua origem para analisar suas dimensões espacial e urbana, destacando que as diferentes instituições religiosas estabeleciam espacializações também distintas. O urbano colonial no Brasil já expressava também as

nossas fortes desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade colonial no Brasil. Instituições religiosas e espaço urbano. Irmandades católicas de negros. Diferenciação espacial urbana.

A LOOK AT THE URBAN IN COLONIAL BRAZIL: BLACK BROTHERHOODS AND SPATIALITY OF THE SLAVE POPULATION

ABSTRACT: The urban design, when analyzed in its genesis, reflects the processes of accumulation and installment of territorial assets over historical time. In this sense, great religious orders and brotherhoods, through their real estate and land patrimony, played an important role in the process of forming the internal space of urban settlements in colonial Brazil. In other words, we consider that the urban landscape in that period was linked to the presence of religious, because each order or brotherhood dominated portions of space due to its presence, services offered and greater or lesser accumulation of real estate properties. This text observes the remarkable social stratification that characterizes our society from its origins to analyze their spatial and urban dimensions, highlighting that the different religious institutions established also distinct spatializations. The colonial urban in Brazil was

also expressing our strong social inequalities.

KEYWORDS: Colonial city in Brazil. Religious institutions and urban space. Catholic brotherhoods of blacks. Urban spatial differentiation.

1 | INTRODUÇÃO

Contribuir para a análise do processo de formação do Brasil, sua sociedade e seu território, tomando como objeto de estudo seus espaços urbanos pretéritos não é tarefa das mais elementares. As dificuldades se intensificam se tal estudo voltar, inclusive, ao nosso período colonial na tentativa de mostrar que, em meio a uma economia de base rural assentada no estatuto do latifúndio, os núcleos urbanos (fossem cidades, vilas ou arraiais) desempenharam importante papel político no processo maior de apropriação do território da colônia. Falamos aqui na requalificação do fenômeno urbano na historiografia brasileira a partir de um instrumental metodológico que, dentre distintas áreas do saber, realça a importância da Geografia e da História a partir de contribuições dadas por autores como Aroldo de Azevedo, Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx, Maurício de Almeida Abreu e Fania Fridman.

Neste sentido, este trabalho, em específico, busca reunir elementos para se pensar a estrutura interna dos assentamentos urbanos coloniais no Brasil a partir da ação de um dos agentes sociais mais significativos na formação como um todo da sociedade brasileira: os religiosos, parte integrante do próprio Estado português. Reconhecemos, desde já, a diversidade de experiências vividas nas distintas partes do território colonial brasileiro, mas, apontamos, com este trabalho, para a possibilidade de se pensar em uma dinâmica que, em escala considerável, se repetiu nos núcleos urbanos que, por um motivo ou outro, desempenharam papel importante no contexto da colônia. Núcleos urbanos estes que, por determinação legal, contavam sempre com a presença determinante de religiosos em seus cotidianos.

Consideramos que a paisagem urbana colonial estava vinculada não apenas à questão de ordem militar e suas estratégias de defesa, destacando a instalação de fortalezas e demais aparatos de proteção. Estava também associada à presença dos religiosos, uma vez que cada ordem, irmandade ou confraria dominava parcelas do espaço, sendo esta dominação tanto de base ideológica quanto econômica. Afinal, os religiosos respondiam por significativa produção de alimentos para o abastecimento urbano (via plantações e criação de animais), detinham exclusividade na oferta de diversos serviços aos moradores em geral (registros civis, por exemplo) e acumularam significativo patrimônio imobiliário que, em muito, definiu vetores importantes da dinâmica urbana daquele momento.

A marcante estratificação social que caracteriza nossa sociedade desde sua gênese é aqui observada a partir de suas dimensões espacial e urbana: instituições religiosas que congregavam população rica dominavam maiores e mais “dignas”

parcelas do urbano através também de seus imóveis ao passo que irmandades de negros e pobres respondiam por espacialização distinta.

Assim, este texto busca uma leitura geo-histórica de nossas cidades, a partir de apontamentos sobre o Rio de Janeiro, iluminando, em específico, a ideia de que suas diferenças espaciais internas estavam dadas desde a origem. Se por muito tempo se pensou no processo de segregação urbana a partir apenas do século XIX, quando o fenômeno urbano assume maior complexidade em nosso país, trabalhamos aqui com a ideia de que a dinâmica socioespacial das diversas ordens religiosas e, em especial, das irmandades de negros revela um processo desigual de estruturação interna dos nossos núcleos urbanos coloniais.

Para tal discussão, observamos três momentos neste texto: um que discute o papel da igreja católica no contexto da sociedade colonial brasileira; outro que associa as instituições religiosas ao processo de organização e estruturação interna dos espaços urbanos constituídos naquele momento; e o que aponta efetivamente para o urbano colonial no Brasil como um espaço segregado a partir de um olhar que ilumina um dos agentes diferenciadores deste espaço, as irmandades voltadas para populações negras.

2 | SOCIEDADE E IGREJA NO BRASIL COLONIAL

A escravidão foi um elemento primordial na forma pela qual se estruturou a sociedade colonial brasileira, definindo o caráter que as relações sociais assumiriam na sua articulação com o processo produtivo adotado. No atendimento aos interesses de uma crescente burguesia mercantil portuguesa, o escravismo colonial a ela foi subordinado e, para este fim, estruturado.

Por outro lado, no processo de expansão ultramarina portuguesa, a imbricação entre Estado Nacional e Igreja estruturou a conquista de territórios associada diretamente ao processo de difusão da fé católica. Desta forma, a igreja, a capela, a ermida, o oratório e demais marcos da presença religiosa se impuseram de maneira fundamental nas paisagens na colônia, fossem agrárias ou urbanas. Consequentemente, as regras e o poderio ideológico dos religiosos também influenciaram o cotidiano dos seus habitantes e, no caso específico das áreas urbanas, marcou inclusive a sua conformação espacial.

Destacamos, inicialmente, que a estrutura da sociedade colonial brasileira era de uma simplicidade apenas aparente e a análise da pirâmide social daquele momento denota a existência de diferentes estratos. Por um lado, existiam uma minoria de proprietários de terras e uma camada mercantil, mas também havia uma faixa formada por aqueles com funções administrativas urbanas ou ocupações rurais assalariadas, além de significativa faixa composta por “desclassificados” e marginais à sociedade até a camada que congregava a grande maioria da população escrava (WEHLING e WEHLING, 1994). Neste contexto, ressaltamos que a sociedade colonial

brasileira, assentada na propriedade monocultora e na escravidão, foi marcada por seu caráter patriarcal e por uma quase inexistente mobilidade social. Particularmente, no caso dos escravos negros, as irmandades religiosas desempenharam importante papel no contraponto a este contexto, como veremos adiante.

Oficializado desde a segunda metade do XVI, o tráfico negreiro durante a colônia trouxe para cá africanos de diversas nações, retirados das possessões que Portugal já mantinha naquele continente. Em geral, quanto ao número de escravos trazidos para o Brasil, há historiadores que falam em totais na ordem de 3 a 4 milhões (Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen), outros em 6 milhões (Caio Prado Júnior) ou mesmo 13 milhões (Pandiá Calógeras), sendo importante ressaltar que tal massa humana escravizada era diretamente submetida à figura do grande senhor de terras que, junto ao Estado português, configuraria o que Costa (2001) denominou de “colonização semiprivada”.

Nela, o poder concentrado na mão dos grandes proprietários estimulou o clientelismo uma vez que os agregados (homens livres que gravitavam em torno dos engenhos) e as populações das vilas e cidades, pela lógica econômica assentada na produção primária de base rural, dependiam política e economicamente de tais senhores e de seus favores pessoais.

Um fato a ser destacado diz respeito à peculiaridade desta sociedade colonial brasileira que se, por um lado, era senhorial, por outro, já se baseava em práticas pré-capitalistas. Por ter escravos, era senhorial, e por estar voltada para o mercado, dependendo dele, já sinalizava para uma nova estrutura econômica. Um olhar sobre os primeiros séculos no Brasil a partir de sua História Psicossocial nos revela aspectos fundamentais desta evidência, a exemplo da constatação de que, em um contexto de capitalização do trabalho escravo, “até eclesiásticos (...) teorizavam sobre as formas de melhor se castigar o cativo sem, com isto, atrapalhar a produção” (SOUZA, 1986, p. 146).

Determinantes em muitos aspectos na dinâmica da sociedade colonial brasileira, os religiosos desempenharam grande influência no seu cotidiano mais geral e, muito particularmente neste trabalho, no cotidiano dos espaços urbanos. Como dito, nas bases no projeto português de expansão ultramarina, a presença de tais religiosos se fazia necessária e, neste sentido, diferentes ordens religiosas tradicionais na metrópole logo se estabeleceram no Brasil. As principais instituições chegaram à “nova terra” ainda no século XVI: jesuítas (1549, na Bahia), carmelitas (1584, em Pernambuco), franciscanos (1587), beneditinos (1594, no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) e capuchinhos (1594, no Maranhão). Inclusive, em diferentes situações, como no caso dos jesuítas na cidade do Rio de Janeiro, tais religiosos acompanharam a fundação destes marcos urbanos da presença portuguesa no território (MARX, 1991).

Estabelecer-se na colônia, no seu aspecto mais essencial, significava para qualquer instituição religiosa a propriedade de uma porção de terra para a construção

de sua sede. A partir daí, passava a atuar no território de maneira decisiva para a manutenção de sua autoridade. De uma forma geral, as ordens fundaram seus templos, conventos e escolas (únicas então existentes) nas cidades coloniais e no interior marcando posição importante na escassa vida cultural da colônia. Esta, durante os primeiros séculos, girava em torno dos colégios dos padres, sobretudo jesuítas. Para além do calendário cívico, as datas festivas nos arraiais, vilas, engenhos e cidades reforçavam um caráter retórico e moralizante, influenciadas pelo universo religioso. Os referenciais físicos estabelecidos pela Igreja no território e suas atividades cotidianas expressam os alicerces de uma colonização que se baseou no seu poderio como instituição inquestionável. Desta forma, o poder da Igreja atingia toda a colônia ao funcionar como instrumento de controle social.

Aos habitantes brancos da colônia, esta era a lei. No entanto, para os negros, postos na condição de “infiéis”, evidenciava-se uma exclusão ameaçadora. Se a princípio, os escravos eram desconsiderados em questões de cunho religioso, não tardaria para que lhes fosse imposto o “direito” de serem católicos. Portanto, a permissão para que a população negra se associasse em irmandades era, em última instância, uma medida política do Estado português visando o controle do território e de sua população.

Aqui, interessa-nos a diferenciação existente entre ordens religiosas e irmandades no que se refere aos seus estatutos e formas de ação no espaço, especialmente o urbano. Silva (1994) nos lembra que, diferentes das primeiras, as irmandades são, de uma forma geral, associações de leigos (não de religiosos) dedicados à beneficência social e ajuda mútua e é, neste sentido, que afirmamos terem sido reveladoras da dinâmica social naquele momento. O elevado grau de estratificação da sociedade colonial brasileira justificou a existência destas irmandades separadas para brancos, negros e índios. Fenômeno que determinou, com o aumento da miscigenação, o surgimento de instituições voltadas para pardos e caracterizou o que Silva (1994) denomina de “exclusivismo social” das irmandades do Brasil.

Assim, diferentes raças, valores, práticas e oportunidades de ocupação e de ação social eram evidências constantes na gênese da nossa formação socioeconômica e espacial. No que se refere ao objeto de estudo deste texto, são reveladoras as ações diferenciadas desenvolvidas por ordens religiosas e irmandades de brancos e de “gente de cor” no cotidiano da colônia, inclusive em seus espaços urbanos. A diversidade de agentes e de ações marcou a dinâmica também espacial da nossa sociedade colonial, como visto a seguir.

3 | A IGREJA E O URBANO NO BRASIL COLÔNIA

No Brasil colonial, parte significativa dos referenciais cotidianos no campo e nas áreas urbanas era de cunho religioso (FRIDMAN e MACEDO, 2006). Sem entrar

no detalhe da vida estruturada no interior dos engenhos e grandes propriedades, é importante observar que eles contavam com uma capela, erguida desde a sua ocupação, que possibilitava a adoção dos rituais e festejos católicos (expandido também para os “fiéis” das senzalas). Como já dito aqui, no que diz respeito aos espaços urbanos, junto às datas civis, era o calendário religioso que respondia pelos seus mais importantes eventos. É importante, inclusive, ressaltar que eram nas cidades onde se evidenciavam, muitas vezes com ressalvas e conflitos, as crescentes modificações impostas aos festejos religiosos por conta dos “irmãos” negros e sua herança africana.

Independente de suas ramificações, vale observar que, na ausência de outras formas permitidas de lazer, era a igreja o local de congregação e de informações para a população. No dia-a-dia, eram os badalos dos sinos dos templos que marcavam o tempo e os afazeres de seus habitantes. Às casas religiosas, cabiam também a guarda das economias daqueles mais abastados, o monopólio dos enterros dos brancos da sociedade (uma vez que aos negros só foi concebido enterro católico a partir do século XVIII), a responsabilidade sobre a educação elementar e religiosa na colônia, bem como todos os serviços hospitalares disponíveis. O clero, diretamente relacionado com o governo, era também a instituição que realizava, através de seus “livros de notas”, funções administrativas como registros de nascimentos, casamentos e óbitos, testamentos e posses de terras (FRIDMAN, 1996 e 2017).

Por outro lado, o poderio da Igreja em tempos coloniais foi exercido também em seu aspecto econômico. Favorecidas por leis que autorizavam doações de fiéis, as instituições religiosas constituíram para si consideráveis patrimônios em forma de prédios e de terras (MARX, 1991; FRIDMAN, 1996 e 2017). As ordens mais importantes chegaram a possuir engenhos, fazendas de gado, olarias, estaleiros, armazéns e hortas, além de um número expressivo de imóveis urbanos. Decorrente de seu elevado grau de instrução, os religiosos eram dominavam conhecimentos específicos de vários ofícios. Assim, as principais ordens eram os principais agentes ofertadores de serviços básicos como moradia (tanto pelo aluguel de seus prédios quanto pela própria construção das casas, através do material produzido em suas olarias) e alimentação (bens provenientes de suas hortas e fazendas de gado).

Quanto maior e mais importante fosse uma dada ordem religiosa ou irmandade, maior tenderia a ser o seu patrimônio. Tal lógica estava em relação direta com o poder aquisitivo de seus irmãos ou indivíduos a elas associados. Como era elevado o grau de estratificação social na colônia, era “natural” um patrimônio maior constituído pelas instituições que congregavam os habitantes ricos. E, para além do cotidiano dos espaços urbanos de então, seus costumes e regramentos, tal prática consolidou um patrimônio em nome das instituições religiosas que passou a ser, em diferentes casos, a principal de suas fontes de renda via aluguéis e foros cobrados por seus imóveis.

Observando o espaço urbano, apontamos para o papel indutor no seu desenho

e desenvolvimento desempenhado por tais agentes e a dinâmica relativa aos seus volumosos patrimônios fundiário e imobiliário. Ressaltamos que, de uma forma geral, “a construção das moradias e dos edifícios públicos se dava no espaço entre duas igrejas, que tornavam-se assim o mecanismo físico de expansão das localidades” (FRIDMAN, 1996, p. 112).

Em outras palavras, a consolidação dos espaços urbanos no Brasil colônia pode ser observado como o processo de ocupação dos vazios entre as propriedades religiosas, extremamente privilegiadas do ponto de vista de suas localizações. Assim, podemos chamar a atenção para o fato de que, nas cidades, em seu “desenvolver-se”, foram as práticas daqueles agentes que interferiam no espaço e determinavam sua efetiva conformação.

Como um processo de conformação urbana determinado pelos vetores estabelecidos por um capital caracteristicamente imobiliário somente pode ser observado no Brasil a partir de fins do século XIX, consideramos aqui que durante o período colonial (prolongando-se ainda) foi o patrimônio das ordens religiosas e irmandades o fator que desempenhou papel fundamental nas formas de ocupação urbana. Nos espaços urbanos coloniais, observando seu mercado de moradias e seu universo simbólico, verificamos que a produção das diferenças também espaciais resultava de seus mecanismos internos de estruturação física marcadamente associados ao patrimônio religioso.

No entanto, fundamental é em nosso trabalho perceber as diferenças existentes nesta referida dinâmica. E, nestes termos, as irmandades de negros devem ser observadas também através dos seus registros no espaço ocupado em tempos de segregação racial e de estratificação social marcantes como foram aqueles na gênese da nossa formação enquanto nação.

4 | O URBANO COLONIAL E AS IRMANDADES NEGRAS

Criadas no Brasil desde o século XVII, as irmandades de negros em muito se expandiram em número pela colônia, sobretudo ao longo do século seguinte, possivelmente acompanhando a própria intensificação do tráfico negreiro. Neste processo de disseminação destas irmandades, os santos preferenciais nelas cultuados foram Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Elesbão e São Baltazar, sendo os dois primeiros os mais recorrentes e populares na colônia (MACEDO, 1999). No entanto, foi mesmo Nossa Senhora do Rosário a devoção mais popular entre os negros no período colonial brasileiro e as primeiras irmandades a ela devotadas aqui instaladas foram as do Rio de Janeiro, Belém e Salvador. De uma forma geral, embora marcadamente estas irmandades estivessem presentes nos núcleos urbanos mais importantes da colônia, é fundamental reafirmar que também foram instaladas em pequenas vilas e ainda em altares nas capelas das

mais diversas fazendas e engenhos do período colonial.

No exemplo da cidade do Rio de Janeiro, a primeira irmandade exclusiva para escravos foi mesmo a do Rosário. O culto à santa já existia na cidade, pelo menos, desde 1640 quando foi permitida aos negros a devoção à sua imagem colocada a um canto da igreja de São Sebastião, no morro do Castelo. Em 1667, estes se uniram em confraria com os devotos de São Benedito e passaram a dividir o mesmo altar. No entanto, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, tal qual existe atualmente, só foi oficialmente aprovada em 1669 e a construção do seu templo só iniciada no ano de 1700 em terreno doado pela Câmara na então Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana (MACEDO, 1999; FRIDMAN e MACEDO, 2006).

Tal exemplo é revelador do que este texto se propõe a pensar: qual sejam as irmandades de negros como elementos de diferenciação do espaço urbano colonial. Na cidade do Rio de Janeiro daquele período, a Rua da Vala marcava o fim distante do sítio efetivamente ocupado. O nome, aliás, expressava o uso que se fazia naquele ponto do urbano: a vala era o local de despejo de dejetos da cidade. E, neste sentido, trazemos o caso ilustrativo da localização depreciada e marginal da instituição voltada ao culto dos negros, mesmo existindo irmandades que congregavam população branca que, também contemporâneas ou instaladas depois, localizaram-se na principal via da cidade (caso da Irmandade da Santa Cruz dos Militares) ou em suas proximidades (BARREIROS, 1965). Enfatizamos que tal realidade foi comum no urbano que se instituía no Brasil e muitos são os exemplos possíveis neste sentido.

Em essência, neste processo que dizemos ser marca do urbano colonial brasileiro, cada instituição religiosa era proprietária, em primeiro lugar, do “chão” onde estava situada a sua sede e, geralmente, de terrenos imediatamente vizinhos. Possuíam também, como dissemos, imóveis residenciais e comerciais espalhados pela cidade recebidos, na maioria das vezes, por legado de seus fiéis. Este patrimônio, acumulado ao longo do tempo, tinha por pressuposto a manutenção das despesas da igreja e os recursos provinham dos aluguéis cobrados. Por conseguinte, tanto o “volume” desse patrimônio imobiliário quanto a sua localização eram, de uma forma geral, diferenciados de acordo com os seus proprietários: se grandes ou pequenas instituições, se irmandades de brancos ou de negros.

Podemos afirmar que as irmandades, igualmente às ordens religiosas, dominavam certas parcelas do território urbano através de seu patrimônio imobiliário e influência ideológica e social. Como os irmãos buscavam moradia próxima às igrejas a que eram associados, entende-se o porquê o patrimônio destas instituições tenderem a um padrão concentrador de sua localização. Também no caso dos negros, era evidente a formação desses espaços.

Entretanto, o estudo da cidade colonial brasileira tem se estabelecido a partir de sua consideração como um território caracterizado por usos e classes “amontoadas”,

por conta de suas limitações físicas, e no qual a população escrava, reportada ao último plano social, aparece, inclusive, sem expressão espacial. Tal visão reduz a dimensão espacial da estratificação racial e social existente na época em detrimento de suas relações econômicas e políticas.

Neste sentido, a espacialidade da população escrava nos núcleos urbanos tem que se observada antes e depois da constituição das irmandades religiosas que os congregariam. Observando este momento anterior, vale registrar que os escravos, “colocados quase sempre a serviço de uma unidade residencial ou comercial, a ela estariam incorporados e portanto não lhes corresponderia nenhuma parcela específica da organização espacial” (REIS FILHO, 1968, p. 85).

No entanto, este texto se baseia na percepção de que é reveladora a análise sobre a dinâmica espacial de tais núcleos com um olhar específico voltado para as irmandades dos negros, suas igrejas, cemitérios e terrenos e a concentração das residências de seus associados em suas proximidades. Assim, ao analisar a formação e o desenvolvimento da estrutura interna dos espaços urbanos no Brasil dos dois primeiros séculos de sua história, investigando o papel das irmandades de negros em sua conformação, reafirmamos uma presença, um domínio por parte destas instituições sobre determinadas parcelas menos “nobres” do território citadino. Território este marcado, assim, por formas espaciais específicas já com certo grau de complexidade e de diferenciação.

Em síntese, queremos enfatizar que a ocupação simultânea dos espaços na cidade era realizada, de uma forma geral, de maneira diferenciada pelos seus distintos agentes. Para além da concepção de um urbano colonial como espaço em que os diferentes conviviam lado a lado, observamos que algumas áreas eram destinadas a usos específicos mesmo diante das modestas distâncias existentes. Havia as ruas destinadas a comércios e havia ainda uma proximidade entre os edifícios da administração, sendo os usos considerados “sujos” preferencialmente postos a maiores distâncias. Quanto ao uso residencial, este se baseava em regras efetivamente diferenciadoras do espaço, inclusive com variações consideráveis nos preços praticados no “mercado imobiliário” da época como nos mostra Rios Filho (1946) e, mais recentemente, Fridman (2017).

Novamente aludindo à realidade da cidade do Rio de Janeiro, é ilustrativo o fato de que chegou-se a registrar os seguintes valores de aluguéis mensais no último quartel do século XVIII: sobrado na rua Direita, 19\$600; sobrado e loja na rua dos Ourives, 33\$800; e casa na rua da Vala, 5\$700 (RIOS FILHO, 1946, p. 312). E estes dados também são reveladores no sentido de que apontam ainda para uma diferenciação dominante na própria tipologia dos imóveis de acordo com as áreas em que se situavam. Negros, pobres ou desprestigiados da sociedade eram, assim, postos a ocuparem lugares menos atrativos do espaço urbano.

Este esboço de diferenciação do espaço corrobora, portanto, o estudo da função residencial na cidade como elemento que enfatiza uma seletividade quanto

à localização dos edifícios destinados aos diferentes segmentos sociais. Nossos estudos nos levam a pensar que, mais que a tipologia das edificações, o urbano no Brasil já apresentava, ainda no período colonial, uma paisagem marcada pela ocupação diferenciada do solo. E, por este viés, as irmandades de negros se prestam de maneira sintomática à análise sobre a gênese dos espaços internos de nossas (desde sempre) desiguais cidades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho questionou a importância e significado do papel desempenhado pelas instituições religiosas, de uma forma geral, e pelas irmandades de negros, em específico, no processo de conformação espacial do urbano colonial brasileiro. Para tanto, tal análise buscou reunir elementos para a reflexão sobre a dinâmica interna destes espaços tomando por base o pressuposto de que pensamos ser razoável perceber certa manutenção da lógica diferenciadora dos espaços citadinos de uma forma mais geral na colônia, mesmo a despeito da diversidade que o Brasil sempre ensejou.

Assim, apontamos três importantes constatações que, sem a pretensão de esgotar a discussão a respeito, merecem ser lembrados:

1. As irmandades foram, para os leigos da cidade e da colônia, “locus” de expressão religiosa e, sobretudo, para os negros foram instrumento de reivindicações e de afirmação social. Representaram também um mecanismo pelo qual o espaço da cidade, que se estruturava internamente e iniciava sua expansão, foi ocupado de modo diferenciado pelos diversos agentes da época, como consequência das práticas sociais nela mantidas. Foram reflexo e condição da divisão social e racial existente na sociedade a ponto de permitir irmandades para brancos, negros, pardos e mulatos, que não se assimilavam.
2. O papel indutor das ordens religiosas se evidencia quando percebemos que foram os religiosos os agentes que abriram ruas, dominavam parcelas do território urbano e rural, representavam fatores de valorização das terras, direcionavam vetores de expansão da cidade na medida em que abriram caminhos às suas fazendas e mais uma série de outras determinações que exerciam como consequência de suas atribuições na lógica colonizadora.

Neste sentido, ainda ressaltamos que os religiosos, de uma forma geral, podem ser apontados como importantes impulsionadores da política de conformação do “chão” urbano na medida em que estabelecimentos sob a jurisdição ou a cargo das diversas ordens e irmandades acabaram por se transformar em distritos, bairros ou pontos de referência de nossas cidades, com significativa presença em sua toponímia até os dias atuais.

3. E por fim, a partir da distribuição geográfica dos marcos edificados na

cidade e de sua dinâmica social, podemos nos reportar ao período colonial brasileiro usando conceitos consagrados posteriormente para considerar as irmandades religiosas em questão como “agentes modeladores” do espaço urbano. Por força dos termos, podemos, pelo menos, considerá-las como agentes comprovadamente responsáveis por determinadas aglomerações e/ou adensamento, parcelas privadas do solo convertidas em arranjos territoriais e de controle que acabaram por desenhar formas sociais e espaciais estruturantes da sociedade brasileira de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Orgs.): **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 27-54.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: EDUSP, 1956.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: CONTEXTO, 2001, 10ª ed.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 2017, 3ª ed.
- FRIDMAN, Fania. Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro colonial. In: MACHADO, D.; VASCONCELOS, E. (Orgs). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1996.
- FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter Luiz de. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **Urbana** - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, p. 1-21, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1936], 12ª ed.
- MACEDO, Valter Luiz de. **Cidade colonial, espaço segregado**: as irmandades negras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Geociências, 1999. (Monografia em Geografia).
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991.
- PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1942], 12ª ed.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EdUSP, 2000. (Coleção USPiana, Brasil 500 anos)

REIS FILHO, Nestor Goulart dos. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Livraria Pioneira/EDUSP, 1968.

RIOS FILHO, A. Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>. Acesso em 25/02/2017.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500/1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977 [1937], 7ª ed.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

MARISTELA CARNEIRO- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147

F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições profissionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378

Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51

Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96

Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177

Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361

Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371

Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172

Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26

Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44

Presença negra 97, 98, 99, 240

R

Registros documentais 21

Relações internacionais 148, 149, 150, 155

S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44

Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369

Turismo sustentável 32, 41

V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144

Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-823-6

